

LINGUASAGEM

ÀS VOLTAS DA E COM A RESISTÊNCIA: CONTRADIÇÃO E ALTERIDADE¹

Lucília Maria Abrahão e SOUSA²

No momento em que escrevia esse texto, meu pai adoeceu gravemente. Em uma conversa difícil, me disse: ‘vou resistir’. A ele dedico cada palmo desse escrito.

Um texto de Pêcheux: sobre resistir, re-voltar (e ousar)

Um trabalho de Pêcheux mais particularmente toca o tema da resistência, “Delimitações, inversões e deslocamento”. Nele o autor reflete sobre o traço espectral que atravessa as revoluções Francesa, socialistas do século XIX e Russa, e marca como esses acontecimentos históricos materializam-se na língua, fazendo falar uma contradição estrutural entre, no mínimo, o contato entre duas instâncias, quais sejam,

“(…) entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?” (PÊCHEUX, 1990, p.8)

Além da tensa contradição entre o existente e o alhures, ele aponta os três registros com os quais a psicanálise lacaniana opera em seu trabalho clínico, quais sejam, real, simbólico e imaginário. O imaginário, na teoria discursiva é tomado como o

¹ Projeto FAPESP (Processo 2019/13385-4)

² Professora Livre-Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: luciliamsr@ffclrp.usp.br.

mecanismo da interpelação ideológica e da evidência do “ei você aí” e inscreve-se em relação de amarração com o simbólico manifesto no funcionamento discursivo pela materialidade da língua. Junto a eles opera o real, o impossível; o real da língua dá notícias da equivocidade e incompletude que todo dizer instala, o real da história o faz em relação à contradição inegociável da luta de classes. Nesses termos, a existência insistente e não cessante do impossível, daquilo que não cabe em palavra e nunca terá nome, incide por estrutura como o próprio da língua em um enlaçamento com os outros dois registros.

“Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável e representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.” (idem, p.8)

Disso há um ponto que vale ressaltar, já que tem especial relação com os memoriais de tortura e violência de Estado nos anos 60 e 70, hoje instituições que se situam no campo dos sentidos de resistência, direitos e liberdade. Anoto que a ordem do ‘não está’, ‘não está mais’, ‘ainda não está’ e ‘nunca estará’ lateja no modo como eles organizam sua voz memorial e como funcionam discursivamente seus arquivos. Algo da tortura, da repressão, da morte e do desaparecimento dos corpos dos presos políticos “‘não está’, ‘não está mais’ (...) e ‘nunca estará’” nem poderá nunca estar ali, posto que impossível de ser recuperado e dito. Isso dá notícias da política de silêncio ou silenciamento (ORLANDI, 1997) que, não apenas proibiu certos sentidos de circularem socialmente nas condições de produção de décadas passadas, mas também impedidos de constituírem redes, ramificações e filiações históricas de palavras de resistência ainda hoje. O calamento dos sujeitos à força e violência, a proibição de suas vozes circularem, a tortura infringida sobre seus corpos, nomes e histórias, e o desaparecimento de sua presença física no mundo constituem uma ordem de impossível que aponta o real e instala o “não está” mesmo onde a instituição afirma presentificar algo que os faça vivificar. Assim, os memoriais indiciam e apontam essa instância do ‘nunca estará’, do inominável de ser recuperado, de ser dito e visto como tal.

Pêcheux (1990, p. 9) afirma ainda que, no espaço revolucionário, “a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada (...) e constitui um só processo, contraditório, no qual se trama as relações entre língua e história.”. Observar esse jogo da contradição

implica tomar o “inexistente constitutivo” que sustenta, pelo avesso, torções de sentidos sobre o que é inominável na relação com o que se memorializa e com o que resiste ao tempo do silenciamento. Vale destacar que é justamente tal “inexistente”, mesmo sendo irrecuperável, que consiste em sustentar um lugar institucional de dizer sobre direitos hoje e de inscrever efeitos e restos de horror das ditaduras de outrora. O autor (op.cit., p. 11) destaca ainda um traço do “irrealizado do movimento popular” e de uma “barreira política invisível que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista”. Isso se constrói após a Revolução Francesa, momento em que se cria uma “nova divisão da sociedade sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito”. Segundo o autor, sob a suposta égide do direito universal estendido igualmente a todos capaz de garantir a paz social, desdobra-se a linha divisória – tensa e móvel – da contradição a partir da qual o mundo “não acaba nunca de se dividir em dois” (idem, p. 12).

“O importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois ‘mundos’; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e de outros de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo ‘sentido’: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a nova língua de madeira da época moderna, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política.” (PÊCHEUX, 1990, p. 11)

Tal contribuição do autor coloca em relação dois pontos, de um lado, o que se institucionaliza pela voz do Direito como a língua de madeira eficaz para solidificar o que seriam os sentidos de igualdade e, de outro, o que no interior dessa oficialidade permanece como a barreira invisível da contradição a manter uma parcela à margem desse direito. Tal primado de as palavras se movimentarem em rota de colisão com elas mesmas indicia as posições de poder que os sujeitos ocupam ou não podem ocupar, e os direitos de que usufruem e/ou aqueles que lhes são negados. Essa linha “móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica” também está posta nos memoriais, já que os sujeitos presos políticos, nomeados como subversivos, terroristas e colocados na posição de ameaça nacional, não tiveram o amparo do Estado de Direito a garantir-lhes liberdade de expressão e vida.

No caso do nosso objeto de estudo, do interior dos objetos sustentados pelo juridismo, “a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder etc” (idem, p. 12), rompe-se a violência do Estado que, em nome da própria lei, autoriza-se a

torturar, matar e desaparecer com o que considera as vozes dissonantes; disso deriva uma fronteira instável, contraditória e intraduzível que coloca a resistência da/na palavra e o seu banimento frente a frente, além da persistência da memória na materialidade de um espaço físico e simbólico atravessado pela ordem do que “não está” e “nunca estará”. Dessa forma, o que se colocava como voz da resistência no interior dos anos 60 e que foi silenciado como tal naquele momento de enunciação – impossível de ser recuperado, como já apontei –, irrompe, no avesso, no reviramento e na torção dos sentidos antes calados, tomando corpo na voz institucional dos memoriais de agora. Trata-se de outra e diferente resistência derivada daquelas vozes que tentaram e (não) puderam resistir.

Coloca-se em discurso, nos espaços institucionais de hoje, efeitos estabelecidos décadas após a resistência ao governo militar e sua política mortífera do Estado ter sido dita e calada; trata-se assim de um espaço discursivo que tem no horizonte o objetivo de recuperar, reinscrever, arquivar e estabelecer agora o que foi violado, violentado e silenciado antes. Disso decorre uma reconstrução – uma bricolagem de arquivos no depois – a partir do que não pôde ser dito antes, do que foi brutalmente executado e eliminado como corpo e voz dos considerados indesejáveis, do que se sustenta irrecoverável, enfim, e do inominável de então e de agora, o que estabelece uma relação histórica com o “inexistente, com a irrealidade e com o impossível” (PÊCHEUX, 1990, p. 16). Uma relação sensível de presença e ausência, de direito a ter voz e de impossível recuperá-la, da língua e de seu real, do simbólico na fronteira com os seus (des)limites. Tal divisão incontornável indicia que o impossível está sempre às voltas da linguagem e, nesse caso, mais ainda.

“O real é aquilo contra o qual nada podemos, com que nos chocamos, é o intransponível, o impossível de contornar, negociar. Para ele, tanto na vida como numa análise, tratava-se de alcançá-lo, esse indestrutível núcleo da realidade, e tudo o que o isola, o mantém à distância ou mascara pertence à esfera da frivolidade.” (MILLOT, 2017, p. 12)

“Esse indestrutível núcleo da realidade” implica a linha “móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica” (PÊCHEUX, 1990) como um ponto em que a contradição histórica inscreve-se na língua e no que nela não pode ser manifesto, como a indicar o seu avesso. Nisso se inscreve a resistência. O pensamento de Lagazzi (2020, s.p.) é produtivo aqui para refletir sobre as regências que o verbo resistir acolhe; segundo ela, quem resiste, resiste de uma posição, resiste para conseguir algo e/ou

resiste a alguma coisa ou alguém. Birman (2017, p. 323) também se dedica a indagar o modo como resistir e resistência podem ser tomados:

“(…) as palavras resistência e resistir nos falam de uma força que se opõe a outra que ataca do exterior um certo território. Assim, se a primeira força assim se opõe, isso se realiza sempre em nome da proteção de um dado espaço de pertencimento, que supõe ser objeto de agressão e de intrusão da parte de algo que lhe é exterior. Portanto, as palavras resistência e resistir pressupõem a presença, no seu campo semântico, de dois eixos para a organização dos seus sentidos, quais sejam, a oposição de forças e a delimitação de espaços de pertencimento, onde se opõem interior e exterior.”

Tal efeito de forças em rota de colisão diz respeito à língua e ao seu impossível, o real. A cada gesto de dizer sobre violência de Estado nos anos de chumbo da ditadura brasileira, marcada pela tortura e desaparecimento de pessoas, escancara-se o abismo, o buraco, o furo insistente cujos movimentos de dizer tocam a morte institucionalizada enquanto lugar de banimento da palavra. Algo desapareceu para sempre e permanece sem registro anterior que se lhe possa ser matriz. Tomando a referência de Courtine (1999, p. 15-16), aqui nem a primeira fotografia com o chapéu na cabeça de Clémentis teve materialidade a que pudesse se tecer uma referência, o desaparecimento no caso dos memoriais de tortura permite cavar um vazio no “estatuto da memória no campo do político”. Afirma o autor:

“Não nos enganemos: esse processo de anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na ordem do discurso que ele se é produzido. Ordem do discurso das “línguas de estado”, que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda.”

As línguas de estado não apenas dividiram em pedaços a voz de trabalhadores, estudantes e militantes, como também sumiram com os pedaços dela; assim, fizeram eliminar seus corpos físicos, seus corpos de palavra, seus corpos de memória, seus corpos de saudade. A delegacia, a prisão e a cela onde presos restaram objetificados como superfície a ser manipulada e dilacerada foram transformadas em espaço aberto à visita nos memoriais de hoje; elas são a metáfora visual da contradição expressa por Pêcheux (1990) e da anulação posta por Courtine (1999). Ali há palavras outras dando

corpo ao que resta ali impossível de dizer, nomear e recuperar, o que discursivamente materializa o lacunar do arquivo, mais que uma ausência (FARGE, 2009), o impossível do arquivo.

“O real é ‘o que é estritamente impensável’, é o impossível de ser simbolizado: o real é, por excelência, o trauma, o que não é passível de ser assimilado pelo aparelho psíquico, o que não tem qualquer representação possível. Por isso, o real é também aquilo que retorna ao mesmo lugar, já que o simbólico não consegue deslocá-lo, e o ponto de não-senso que ele implica se repete insistentemente enquanto radical falta de sentido.” (JORGE, 2010, p.11)

Nesses termos, é possível entender o espaço discursivo do memorial – e especialmente a cela posta em discurso dentro deles – como uma borda a marcar a tensão e a contradição entre duas temporalidades, entre a presença de um arquivo a discursivizar efeitos de resistência e a ferida aberta por outro arquivo impossível, completamente ausente, apagado junto com a voz dos sujeitos que resistiram de fato (e de corpo presente). Nesse jogo tenso, elástico (e resistente) de dizer sobre a ferida da tortura e do desaparecimento de homens e mulheres, o furo do real inscreve-se, marcando um dentro e fora, um lugar em que a relação com a alteridade capenga, já que nos discursos hegemônicos de então o diferente precisou ser anulado. Diferentes temporalidades não apenas se chocam, mas litigiam a partir do que ali indicia o vazio de dizeres irrecuperáveis, o real da morte, o impossível ver, ouvir e dizer dos violentados, executados e tornados objeto de violência, tortura e desaparecimento.

O Memorial da Resistência, em São Paulo, foi inaugurado em janeiro de 2009 quando passou a integrar, como Membro Institucional, a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, “uma rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade.”³ Ainda na página eletrônica do Memorial, a instituição se define como “dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – [Deops/SP](#), uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente

³ Disponível na página do Memorial no endereço <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

durante o regime militar.” Nos dados que irei apresentar a seguir, procurei flagrar como o significante “resistência” inscreve-se e funciona em diferentes espaços do Memorial.

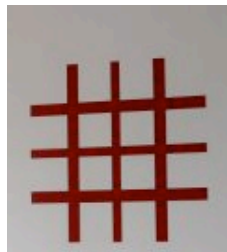


No nome próprio do Memorial essa marca acompanhada comparece acompanhada por uma partícula que a situa e recorte, não se trata de toda resistência nem de uma resistência tramada em qualquer lugar. O “de São Paulo” localiza uma referência geográfica, qual seja, a maior capital do estado mais rico da federação e uma das maiores cidades do mundo. Em São Paulo e “de São Paulo”. Assim, esse fio resistente inscreve-se dentro do complexo museal do centro antigo da cidade (Pinacoteca do Estado do São Paulo e Museu da Língua Portuguesa), produzindo um reviramento nos sentidos estabelecidos para o prédio que funcionou como espaço de censura e tortura em dois momentos da vida nacional. Em dois momentos distintos da vida republicana, o local serviu para regularizar os sentidos de violência, censura e perseguição das vozes consideradas incômodas. Não irei me alongar aqui, mas vale destacar que o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1985) contaram com o prédio, construído em 1914 com vistas à expansão econômica do café, para o funcionamento do DEOPS como agência de regularização de sentidos de repressão, controle e violência de Estado.

“Criada em 1924 e regulamentada em 1928 , a Delegacia de Ordem Política e Social, posteriormente denominada Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP , foi instituída como parte do aparato administrativo-legal de vigilância, controle e repressão do governo em contenção ao crescimento do anarquismo, do movimento operário de greves gerais (1917) e da fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB (1922). Concomitantemente à criação, em diferentes estados, destas forças policiais especializadas em crimes políticos – os DOPS (no caso de São Paulo, o DEOPS) –, leis federais foram sancionadas para coibir crimes dessa natureza, como a primeira Lei de Segurança Nacional (LSN) brasileira, aprovada em 1935. As modificações na estrutura estatal evidenciavam as mudanças na atuação do Estado como agente de controle social (...) Os alvos da ação desta polícia variava conforme mudanças na conjuntura nacional e internacional, mas suas atividades estiveram sempre ligadas ao policiamento

de setores considerados perigosos pela ordem vigente por meio de práticas de controle, vigilância e repressão. O DEOPS/SP serviu tanto ao período de autoritarismo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), persistindo no período democrático (1945-1964) e sendo fundamental durante o regime militar (1964-1985), quando, incorporando estratégias militares devido ao enfrentamento realizado contra grupos revolucionários de ação armada, o órgão intensificou suas atividades de repressão, tais como prisões ilegais, invasão de domicílio, censura postal, torturas e mortes.” (GUMIERE, 2012, p. 2)

Posto isso, é importante registrar como o nome “Memorial da Resistência de São Paulo” inscreve uma ruptura com os sentidos estabilizados para aquele local, fazendo funcionar um reviramento dos efeitos legitimados pelo Estado como aceitos e necessários para sustentar a “Ordem Política e Social de São Paulo”. Coloca-se aí um furo e uma rachadura a abrir a possibilidade de que outros sentidos venham a se instalar ali. Ainda que algo do “nunca estará lá” mantenha-se como um resto inalcançável do horror da tortura, das mortes e desaparecimentos de cidadãos brasileiros e como um impossível de ser dito ainda que o Memorial o faça, o funcionamento do “Resistência de São Paulo” inscreve a contradição e o jogo do político na língua, fraturando a “Ordem Política e Social” de outrora. Bem a calhar, o logo é composto por barras de ferro que remetem as grades das celas do DEOPS de Getúlio, depois DOPS dos militares.



A logomarca do Memorial apresenta o gradeamento com o feixe de barras se cruzando em ângulos quadrados, instala um desenho de prisão que indicia: i. um movimento fazer falar o cerceamento da liberdade de expressão, a perseguição política e a violência de Estado, que se autorizou a prender, interrogar, julgar e desaparecer com cidadãos sem lhes conferir oportunidade de defesa; e ii. um movimento de não ser possível dizer já que algo dentro das celas se prendeu e se perdeu para sempre, restando com traço do irreparável, do inominável e do impossível. O vermelho das grades, o vermelho do sangue de tantos, o vermelho das dores não faladas e dos gritos calados a força, o vermelho dos corpos sob tortura, o vermelho amargo dos mortos nas celas (indicativo de i.) sob um fundo branco de ausência e vazio (ii.) marcado pela “cor do

esquecimento” de que Robin (2016, 86) formula como “desaparecimento, volatilização, ausência de rastros. O mais estranho e incômodo é o fato de que, quando não se presta atenção, esse desaparecimento não é notado (...) o vazio, o buraco, o ‘sem deixar vestígios’” marcam-se como impossível do arquivo.

Esse movimento tenso e contraditório de dizeres inscritos no fio da navalha, na berlinda e na beira do precipício, marcados com um efeito de resistência e de absoluto impossível indicam como o pensamento de Michel Pêcheux (1990, p.8) é atual e precioso: “toda língua está necessariamente em relação com o (...) ‘nunca estará’”. Nos dados seguintes, há uma profusão de imagens e palavras que funcionam a marcar tal contradição.



No discurso oficial, em que antes estavam regularizados os efeitos de controle e repressão como evidentes e aceitos pelo Estado, agora comparece a marca “resistência”, que se situa colada sobre as imagens de cenas do passado. É a língua a dar corpo ao jogo do político como divisão do sentido, a suportar que um outro significante possa

fazer cadeia e amarrar-se a outros que virão a partir daí. Se o prédio do DEOPS e do DOPS, de São Paulo, inscreveu uma ordem do dizível sobre a censura e repressão como práticas de Estado aceitas, o Memorial força a entrada de outra palavra e faz furo no estabilizado. Chama a atenção o modo como as notícias de jornal e as fotografias de época inscrevem um tecido verbo-visual sobre o qual a voz institucional crava “e resistência”. Ora, não foi sem os sentidos de “resistência” que “controle e repressão” se erigiram na vida nacional: o jogo de forças está posto na ordem da língua.

Mas algo do real, do impossível e do “nunca estará” está apontado na própria composição de arquivo que o Memorial organizou. A fotografia rasgada, em que uma parte foi destruída, materializa o que foi perdido para sempre em outras condições históricas e sob o peso de ser inencontrável. O pedaço que falta na fotografia metaforiza os que foram silenciados e aqueles que, rasgados do álbum da vida, tiveram a sua voz impedida de existir, de ser recuperada, documentada e ouvida. Esse estatuto do ausente dá notícias da necessidade urgente de “continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (GAGNEBIN, 2009, p.118). O Memorial, na medida em que institucionalmente dá presença ao discurso de uma resistência, recupera documentos históricos, fotografias, objetos de arquivo que materializam a voz dos que ali estiveram, passaram, foram marcados e mortos. Seus rastros são recuperados de forma rota, capenga e faltante, posto que indiciam um “passado desaparecido”. A autora (op.cit., p. 44) formula que “a memória vive essa tensão entre presença e ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente”. A partir desse pêndulo, é possível ler a inscrição abaixo.



A inscrição se situa na quina de duas paredes pretas, marcadas pelas grades da logomarca do Memorial; ali se diz “lembrar é resistir”. “Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro.”, afirma Gagnebin (2009, p.118). O exercício da rememoração comparece aqui como um modo de elaborar historicamente o “nunca estará” de Pêcheux, os efeitos da ocupação de um prédio historicamente usado como castelo de horror para que possa ser ocupado de outro modo, com exposições de imagens antes censuradas, com fotografias nunca vistas, com celas abertas à visitação e com vidros a transparecer a rua e o interior da instituição. O exercício de lembrar e resistir implica (tentar) recuperar, ainda que forma incompleta, os rastros e os vestígios apagados para sempre. Resistência, nesse discurso, implica fazer trabalhar o ausente, recolher disso alguns efeitos possíveis de negação da censura e repressão oficializadas pelo Estado brasileiro, e, quiçá, barrar o inominável da morte que ele, em diferentes momentos históricos, tantas vezes se autorizou a infringir.

Por fim, vale destacar que, segundo o pensamento pechetiano, nenhuma dominação é toda, já que o primado maior da língua e da história aponta que não há dominação sem resistência. Ou seja, a toda palavra ditatorial e fascista, outra se coloca a desfiar furos e a inscrever alguma ordem do “não está” ou do não é isso. A palavra sempre e(m) suas rotas tortuosas de colisão com o real, o inventário das ausências sempre a tropeçar nos rastros de uma presença, o controle sempre a se enroscar nas tramas quentes da resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMAN, J. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro. 2017.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Org: Indursky, Freda; Ferreira, Maria Cristina Leandro. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato. 1999.

FARGE, A. O sabor do arquivo. São Paulo, Edusp. 2009.

GAGNEBIN, J. M. Lembrar escrever esquecer. São Paulo, Editora 34, 2009.

GUMIERI, J. C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n° 54, 2012. Disponível em

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao54/materia03/>.

Acesso em outubro de 2020.

JORGE, M. A. C. Fundamentos da psicanálise - de Freud a Lacan – vol 2, A clínica da fantasia. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 2010

MILLOT, C. A vida com Lacan. Rio de Janeiro, Zahar. 2017.

ORLANDI, E. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Pontes, Campinas. 1997.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: Caderno de Estudos Linguísticos, n.19, Campinas: Unicamp. 1990.

Como referenciar este artigo:

SOUSA, L. M. A. Às voltas da e com a resistência: contradição e alteridade. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 129-140, janeiro, 2021.